

---

*Sales Maciel Góis*

HENRIQUE JOÃO WILKENS:  
UM POETA PIONEIRO NO AMAZONAS

---

### Resumo

Este artigo biográfico-literário versa sobre a pessoa e obra de Henrique João Wilkens, autor do primeiro poema épico escrito no Amazonas, *Muhuraida ou, O triunfo da fé*, de 1785. Este aventureiro corajoso foi um dos principais personagens amazônicos do século XVIII, porém, pouco se sabe a seu respeito deste homem. Com base em pesquisas bibliográficas se aborda a pessoa de Wilkens, sua nacionalidade, sua função no exército português, local onde prestou serviço a Coroa portuguesa e ao Estado Grão-Pará, sua família e sua obra com o objetivo de torná-lo conhecido no contexto acadêmico.

**Palavras-chave:** *Henrique João Wilkens; literatura brasileira; Muhuraida.*

HENRIQUE JOÃO WILKENS:  
A PIONEER POET IN THE AMAZONIA

### Abstract

This literary biographical article deals with the life and work of Henrique João Wilkens, author of the first epic poem written in the Amazon, *Muhuraida ou, O triunfo da fé (Muhuraida or The Triumph of the Faith)*, of 1785. This courageous adventurer was one of the main Amazonian characters of the XVIII Century; however, little is known about this man. Bases on bibliographic research, this article addresses the life of Wilkens, his nationality, his role in the Portuguese Army, the places where he lent his services to the Portuguese Crown and to the State of Grand Para, his family and his work, with the aim to make him better known in the academic context.

**Keywords:** *Henrique João Wilkens; Brazilian literature; Muhuraida.*

## Introdução

---

**E**tre 1755 e 1759, o marquês de Pombal, ministro todo-poderoso do rei Dom José I de 1750 a 1777, funda a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão (1755) e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759) para reforçar a atividade extrativista

---

Sales Maciel Góis é acadêmico do Curso de Letras-Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola, na Universidade Federal de Amazonas – UFAM. O artigo é quadro integrante do Projeto de Iniciação à Pesquisa Científica, pibic, “A *Muhuraida*: entre a história e a ficção” (orientado pelo mestre Tharcísio Santiago Cruz), projeto que obteve menção honrosa, pelo primeiro lugar, no CONIC – Realizado no Instituto de Natureza e Cultura – INC/Benjamin Constant – AM, em 2012. sales.gois@hotmail.com

e agroexportadora do Norte e Nordeste, menos estimulada em razão da mineração de ouro e diamante no Sudeste e Centro-Oeste. O Tratado de Santo Ildefonso é assinado em 1777, o que acaba confirmando o Tratado de Madri, mas restitui aos espanhóis o direito sobre a região dos Sete Povos das Missões. Os portugueses tentam obter a devolução da Colônia do Sacramento, base estratégica do contrabando de prata trazida dos territórios das atuais Bolívia e Peru, porém, não conseguem. E em 1785, o governo português proíbe qualquer tipo de indústria no Brasil. O objetivo é dificultar a autonomia da colônia, reduzindo seu desenvolvimento econômico, e, simultaneamente, preservar e aumentar os lucros do comércio da metrópole. No Amazonas, devido à imensidão do Estado, os portugueses se viram obrigados a marcar seus limites, todavia, essa tarefa de demarcar as terras amazônicas não foi fácil para a Cora portuguesa, pois além da imensa área a ser demarcada, havia os perigos da floresta (animais ferozes, doenças, dificuldade de navegação e os índios que investiram bravamente contra o domínio português).

## Os índios Mura

---

Os índios Mura aparecem bruscamente na história colonial da Amazônia, a partir da implantação das missões jesuítas ao longo do rio Madeira, durante a segunda metade do século XVII. Eles desempenharam um papel estratégico na viabilização do projeto colonial português e determinaram o desaparecimento e descaracterização étnico-cultural de diversos povos indígenas. O apostolado jesuíta na Amazônia começa na Ilha de São Luís, em 1622, quando foi assentada uma ermida pelo capitão-mor Antônio Moriz Barreiros. A aldeia missionária era um centro de destribalização e de homogeneização cultural, na qual os índios transitavam da condição de índios específicos, com sua própria língua, à condição de índios genéricos cada vez menos distinguíveis pela língua que falavam: “[...] de todas as tribos da Amazônia foi esta a que mais extenso território ocupou, espalhando-se das fronteiras do Peru até o Trombetas” (Nimuendajú 1925: 140). Em sua monografia sobre o grupo Mura, publicada em 1948, Curt Nimuendajú afirma que esses índios foram mencionados pela primeira vez em 1714, numa carta do padre jesuíta Bartolomeu Rodrigues, da missão dos Tupinambaras, que os localizou na margem direita do rio Madeira, entre os Torá e Unicoré (latitude 6º E 7º 40’ S).

Hostilizavam a aldeia dos Abacaxis, fundada por volta de 1723, acima da boca do Jamarí e, em virtude dessas ameaças, a missão foi transferida para o baixo curso do Madeira, em 1742. Datam desses primeiros conflitos os esforços do padre José de Souza, preposto e vigário provincial da Companhia de Jesus em promover audições na Junta das Missões que pudessem, por consenso, sugerir ações repressivas contra os Mura.

Os Mura constituíram o paradigma dos índios bárbaros, ou “de corso”, contra os quais se tentou mover a mais enfurecida guerra de extermínio durante o século XIX, na Amazônia. De acordo com Amoroso (1997), a presença Mura no início do século XVII, localizada no sistema hidrográfico do rio Madeira, eixo de comunicação fluvial entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, foi apontada pelos hábitos culturais estranhos ao colonizador familiarizado com o perfil cultural da população tupi-guarani, sendo que as características socioculturais se faziam das ausências. Foram descritos como um povo que não plantava, não possuía aldeias e não tecia. As primeiras tentativas de redução foram frustradas, sendo que os Mura atacavam com frequência as embarcações comerciais utilizadas na navegação do Madeira. Segundo os registros históricos: “A presença Mura às margens do rio Madeira representava ameaça aos colonos nas épocas de colheita: nativos irredutíveis, os Mura, dificultavam a penetração no interior da mata, ameaçavam os estabelecimentos, aterrorizavam escravos e trabalhadores do cacau” (Moreira Neto 1988: 258-259).

A primeira característica que colaborou para a construção do “inimigo Mura” foi a extrema mobilidade dos Mura na ocupação de um território original — a bacia hidrográfica do rio Madeira. A ação das frentes de colonização que empurraram os Mura até sua última fronteira com a sociedade nacional — o rio Japurá — seria o segundo elemento da caracterização do território expandido. O terceiro elemento seria a “murificação”, instituição pela qual os Mura agregavam outras etnias, entre elas negros dos quilombos, ciganos, índios destribilizados ou ex-catecúmenos, egressos das missões católicas.

A publicação de uma série de documentos que trata dos Autos da Devassa Contra os Índios Mura do Rio Madeira e Nações do Rio Tocantins, 1738-1739, pela Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – Cedeam, em 1986, forneceu elementos de grande interesse para o entendimento dos modos e processos usuais na declaração de “guerra justa”. Depois de ouvir trinta e três testemunhas, dentre as quais alguns moradores de Belém, que nada sabiam

sobre índios do rio Madeira por ciência própria, publicaram o parecer do padre José de Souza, solicitando o encaminhamento do processo crime contra os Mura à Coroa portuguesa. É nesse contexto, em meio à política pombalina, e a resistência, seguida pela conversão dos índios Mura que o poema épico, *Muhuraida ou, O Triunfo da fé* foi escrito por Wilkens.

## Henrique João Wilkens

---

Henrique João Wilkens foi um tenente-coronel português que viveu no Amazonas no século XVIII, e com seu conhecimento sobre engenharia, foi importante para os projetos portugueses no que diz respeito às demarcações de terras e limites no Estado do Grão-Pará. Mesmo assim, a história não foi solidária com este homem que contribui significativamente não só para as ambições portuguesas, mas também para a própria nação brasileira. Dessa maneira, o presente artigo trabalhará o aspecto biográfico e histórico desse homem desconhecido, até então, no Amazonas. O objetivo principal é traçar uma linha cronológica sobre os feitos aventureiros e corajosos de Wilkens. Para isso pesquisou-se fontes contidas na obra *Muhuraida ou, O triunfo da fé* (1993), do próprio autor em discussão, Ferreira (1983), Reis (1931, 1940), Mendonça (1963), Viterbo (1922) e outros. Dessa forma, pretendemos conhecer parte do mundo de Henrique João Wilkens é mergulhar nos rios do Amazonas, embrenhar-se na própria floresta e conhecer a própria história da ocupação das terras deste imenso Estado.

## Um estranho na imensidão

---

A problemática a respeito desse trabalho se estabelece em torno de Henrique João Wilkens, autor do poema *Muhuraida*. Este homem deixou uma marca indelével na literatura do Amazonas. Mas o que se sabe sobre Wilkens? Quem foi? De onde veio? E qual a sua intenção em escrever o poema? A barreira temporal de mais de dois séculos não nos permite saber muita coisa sobre Wilkens. A maior parte das informações que se tem a respeito dele são registros de cartas, ofícios e poemas escritos pelo próprio. Não é possível descrever detalhes sobre sua fisionomia, cidade de origem, universidade na

qual se formou e sua família. A princípio, cogitou-se a ideia de que Wilkens fosse de nacionalidade inglesa, visto que ele demonstrava domínio da língua inglesa, e também por ter um sobrenome de origem não portuguesa. As primeiras referências, o apresentam como um militar. O então governador Francisco Xavier Mendonça Furtado, numa carta datada de 7 de julho de 1755, do arraial de Mariuá (Barcelos) informa o seguinte:

Em observância da ordem de S. Maj. expedida em uma das cartas de V. Exa. datada de 15 de março, mandarei logo passar patente de ajudante-engenheiro a Henrique João Wilchens, que na verdade me parece, é um moço com boas disposições para se poder aproveitar, e está encarregado ao Pe. Sanmartone e ao seu companheiro que o faz aplicar bastantemente. (Mendonça 1963, v. 2: 712)

Mendonça Furtado apresenta o autor do poema e, ao que parece, o governador reconheceu no jovem militar habilidades que lhes seriam úteis na demarcação das terras portuguesas no Amazonas. Vale ressaltar também o nome do Pe. Sanmartone, um padre que possuía conhecimentos matemáticos e astronômicos, professor de Wilkens, pois acredita-se que este tenha instruído Wilkens nesses estudos. De acordo com Landi (1963), no dia 12 de julho de 1755, Wilkens fazia parte da tripulação, em uma canoa, com seis pessoas. Esta expedição foi mal sucedida e houve algumas mortes. Nessa época o jovem militar português já estava destinado a participar das demarcações de terras no Mato Grosso, como informou o governador Mendonça Furtado a Pombal:

O astrônomo que deve ir é o Pe. Sanmartone e por companheiro o novo ajudante Henrique Wilkens, que é *nascido e criado em Portugal*. Para fazer o mapa deve ir o ajudante Filipe Sturm, que é hábil e tem a circunstância de ser casado em Lisboa com Portuguesa e estar estabelecido com casa e família naquela corte. (Mendonça 1963, v. 2: 744-745) [grifo nosso]

Pela primeira vez a nacionalidade portuguesa de Wilkens é citada, assim, a especulação sobre uma possível nacionalidade inglesa não se sustenta, logo, sabe-se que se tratava de um português.

Em agosto de 1764 o rei D. José I assinou carta patente:

Atendendo ao merecimento a serviço que me tem feito no Estado do Grão-Pará, Henrique João Wilkens, no posto de ajudante de infantaria com o exercício de engenheiro, hei por bem nomeá-lo capitão da infantaria com o mesmo exercício e soldo dobrado para o servir no dito estado enquanto eu for servido [...]. (Viterbo, 1922: 196)

Pelos trabalhos realizados no Estado do Grão-Pará, Wilkens conseguiu uma promoção honrosa assinada pelo rei. Nomeado capitão da infantaria, seus trabalhos foram significativos para a Coroa portuguesa, principalmente na demarcação de fronteiras, nas terras do Amazonas. Em 1769 o capitão de infantaria encontrava-se servindo em Macapá, onde, a partir de 1764, o engenheiro Henrique Antônio Galluzzi projetou e estava construindo a fortaleza do Macapá<sup>1</sup>. Segundo Garrido (1940: 27), “o Sargento-mor Galluzzi veio a falecer de malária durante as obras, em 27 de outubro de 1769, tendo assumido a direção dos trabalhos o Capitão Henrique Wilckens”.

De acordo com os textos apresentados até o presente momento, observa-se que Wilkens era um homem ávido por viagens, parecia possuir um tipo de espírito aventureiro, pois penetrar nas florestas Amazônicas no século XVIII não era uma tarefa para qualquer pessoa, uma vez que o clima seco e úmido poderia ocasionar doenças, sem contar com o perigo de ser surpreendido por uma tribo indígena, até mesmo ser comida de algum animal, sem falar na dificuldade de se navegar pelos rios e muitas outras coisas que poderiam suceder a uma pessoa na floresta.

## O legado

---

Não é possível mensurar precisamente o quanto este homem contribuiu para a política portuguesa de ocupação da Amazônia e para o próprio Marquês de Pombal, porém vale ressaltar que há registros de que pelo menos um dos trabalhos cartográficos sobre algumas áreas do Amazonas foi realizado por ele. Segundo Reis (1940: 138-141), no “começo do ano de 1781, Wilkens explorou o Japurá e levantou a cartografia”. De acordo com o mesmo autor (Reis 1940: 129) o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conserva em seus arquivos o diário da viagem que Wilkens elaborou sobre esta expedição.

Existe também uma série de correspondências de Manuel da Gama Lobo D'Almada, que foram reunidos por Arthur Cezar F. Reis (1940: 138-141), na obra *Lobo d'Almada um Estadista Colonial*. Nesse material se encontram alguns ofícios dirigidos a Wilkens, grande parte relacionada à demarcação de limites, entre os quais, os dois primeiros documentos contem críticas diretas e severas às decisões de Wilkens acerca do tratamento com os membros da comissão de limites espanhola e com os diretores e comandantes portugueses

de Tabatinga<sup>2</sup> e Olivença<sup>3</sup>. Em sua segunda carta a Wilkens, Almada transcreve trechos de comunicações anteriores de Wilkens que se referem ao trânsito de religiosos espanhóis pela fronteira do Içá e da ida de um soldado espanhol às povoações portuguesas do rio Içá para comprar salsa. Parece que este clima amigável que o tenente-coronel desenvolveu com os espanhóis não agradou em nada o governador da província do Grão-Pará. Dessa forma, nota-se que a história não trata Wilkens como um herói, porém como um homem que tinha sua importância para os portugueses, mas que também lhes causou alguns descontentamentos.

Nesse sentido, deve-se destacar que os relatos que fazem as cartas e ofícios do governador a respeito de Wilkens são racionais e históricos, enquanto que o relato que o próprio Wilkens faz da conversão dos índios Mura no poema *Muhuraida* é revestido de ficção, nacionalismo e até mesmo de possíveis contradições. Racional e histórico porque, conforme Reis (1940), alguns desses ofícios eram críticas ao tenente-coronel, sendo assim, críticas ao herói, logo, isto só é possível através de argumentos históricos aliados à razão, neste caso, os documentos. Por outro lado, a impressão que Wilkens queria transmitir a João Pereira Caldas quando escreveu o poema da “reconciliação” e “rendição” dos índios Mura, se baseia no nacionalismo português, isto é, enaltecendo os feitos de bravura através de criações ficcionais.

A herança deixada por este estranho no Amazonas se baseia em cartas e ofícios, aprovações e desaprovações, ficção e história. Acredita-se, que Wilkens ainda será tema de muitas discussões e debates nas sociedades do Amazonas, sendo assim, caberá ao tempo a tarefa de perpetuar os feitos deste homem frente aos índios Mura, no processo de demarcação das terras do Amazonas.

## A família

---

A saga de Henrique João Wilkens não termina na fortaleza do Macapá, pois em 2 de março de 1785, em sua viagem ao Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira (1983: 353-354), chegou à Capitania, Barcelos, encontrou-se com o diretor desta vila, capitão Severino Eusébio de Mattos, que era casado com a filha de Wilkens, D. Joana, que, em abril de 1784, havia dado à luz ao futuro coronel João Henrique de Mattos, importante político e explorador

dos sertões da capitania e autor do *Relatório do Estado Atual de Decadência em que se acha o Alto Amazonas* (1845). Pode-se verificar que Wilkens já havia constituído família e tinha até uma filha casada. Um pouco antes desta permanência em Barcelos, a sede oficial do Departamento de Limites e Fronteiras se encontrava em Ega (Tefé<sup>4</sup>), no rio Solimões, onde se reuniam as comissões de limites portuguesa e espanhola.

Provavelmente Ega tenha sido o cenário de inspiração para que o poema *Muhuraida* fosse escrito, em 1785, pois no final da dedicatória ao governador João Pereira Caldas, Wilkens menciona o lugar tanto quanto a data da escrita do manuscrito (quartel de Ega, no rio Solimões, 24 de maio de 1789). Ainda nesse local, ele recepcionou (v. Wilkens 1993: 47-48), em 17 de outubro de 1788, o bispo do Pará, D. Frei Caetano Brandão, que percorria a região em visita pastoral e permanecera em Ega até o dia 24. Conhece-se um ofício de Henrique João Wilkens dirigido a João Pereira Caldas em 28 de outubro do mesmo ano relatando a respeito desta visita<sup>5</sup>.

Além de aventureiro, corajoso e poliglota, o tenente-coronel Wilkens possuía habilidades de escrita, tanto livre quanto em rima, tanto poema quanto ofício. A correspondência do governador do Rio Negro dirigida ao tenente-coronel inclui dezenas de cartas e ofícios de Wilkens entre 1790 e 1799. Esse material se encontra conservado no Arquivo Público do Pará. Em 27 de março de 1790, Almada comunica que recebeu 17 cartas de Wilkens só no mês de janeiro. Estas cartas tratavam, geralmente, do trânsito de espanhóis na fronteira do rio Solimões e outros temas da rotina administrativa da colônia. Dentre estes ofícios encontra-se também um que comunicava a pacificação “espontânea” dos índios Mura. Segundo Reis (1940: 197), Almada envia ordens para que Wilkens deixasse Ega e fosse a Tabatinga.

As últimas informações sobre este português em terras amazônicas aparecem ligadas à vila de Tabatinga. Em 8 de agosto de 1797, Lobo D’Almada escreveu a D. Francisco Coutinho, da Fortaleza da Barra do Rio Negro, sobre as atividades de Wilkens em Tabatinga. Segundo Reis (1940: 256), Wilkens já era o Segundo Comissário das Reais Demarcações e sua missão era a de guardar as fronteiras no rio Solimões para que os espanhóis não entrassem na Capitania. No ano seguinte, o engenheiro tenente-coronel Henrique João Wilkens sofreria pressões diretamente do atual governador:

Em consequência da informação que V. S<sup>a</sup>. dá na sua carta N. 245 V. S<sup>a</sup>. fará logo retirar de Tabatinga, Henrique João Wilkens, e dará todas as necessárias

providências, para que nem ele, nem a sua família com as intrigas, e mau procedimento, perturbem para o futuro a tranquilidade dessa Capitania, que por ser fronteira, é a chave de todo o Brasil [...]. (Reis 1940: 275-276)

É quase impossível saber o que realmente aconteceu para que o governador exercesse tamanha pressão sobre Wilkens e sua família, em hipótese pode-se destacar duas possibilidades: a primeira, diz respeito a sua idade, pois em 1798 ele já se encontrava avançado em anos de vida, sendo assim estava limitado fisicamente, o que certamente o impediria de exercer suas atividades; a segunda, diz respeito à convivência pacífica e amigável que Wilkens estabeleceu com os espanhóis, pois em outros ofícios o governador cita uma situação em que Wilkens teria dado salsa aos espanhóis.

O texto há pouco citado confirma que realmente o tenente-coronel tinha uma família. Não é possível encontrar informações ou notas sobre o nome de sua esposa, filhos e até mesmo a nacionalidade de sua família, a história ainda omite estes dados. Como já foi mencionado anteriormente, Wilkens tinha uma filha, conhecida por D. Joana que era casada com capitão Severino Eusébio de Mattos, mãe de João Henrique Matos, este último mais tarde se tornaria um influente político na região amazônica. Há, no município de Tabatinga – Amazonas, no muro do 16º Batalhão do Exército Brasileiro, a seguinte expressão: “Aqui começa o Brasil”. Esta expressão faz paralelo com a palavra do governador que em sua carta de insatisfação com Wilkens, escreve que: “[...] por ser fronteira, é a chave para todo o Brasil”.

## O último relato sobre um aventureiro

---

A última referência a Henrique João Wilkens é apresentada por André Fernandes de Souza, em suas *Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Amazonas*, nas primeiras décadas do século XIX. Souza (1848: 474) relata que “(...) urdiu as intrigas entre o Gama (Lobo D’Almada) e D. Francisco, que foi causa da morte daquele; como também concorreu para o extermínio do tenente-coronel João Henrique Wilkens para a Capitania do Mato-Grosso”. Não se sabe ainda o motivo pelo qual ele teria sido morto e nem mesmo a forma de sua morte, paradeiro do corpo e de seus familiares. É possível que ainda existam descendentes de Wilkens em alguma parte do Brasil? Anos mais tarde uma Carta patente da Rainha, datada de 1796, diz

que ele pertenceu a uma família de militares. Uma nota biográfica na obra *Muhuraida* traz um breve resumo sobre Wilkens:

[...] permaneceu na Amazônia quase 50 anos. A primeira informação disponível sobre ele data 1755 numa comunicação do governador Mendonça Furtado que o descreve como auxiliar muito jovem ainda, mas dedicado e animoso, e que fora destacado como auxiliar do padre astrônomo Inácio Szentmartony e as últimas informações datam de 1799 ou 1800, quando foi compulsoriamente transferido ou “exterminado” para a capitania de Mato Grosso pelo governador do Pará, Francisco de Sousa Coutinho. (Wilkens 1993: 70-71)

O texto citado acima apresenta a seguinte discussão: afinal exterminado ou transferido? Em suma, o texto fundamenta o que já foi tratado neste artigo. Há outra nota biográfica sobre Wilkens que foi retirada do Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses de Sousa Viterbo (1992: 196-98) a nota em questão destaca a promoção de Wilkens em 1764, que já foi mencionada no início deste trabalho.

## A obra de Wilkens

---

O poema épico *Muhuraida* foi escrito em 1785, e é conhecido como o primeiro poema heroico escrito em língua portuguesa sobre o Amazonas; esse material foi editado pelo padre português Cypriano Pereira Alho, em 1819. O poema descreve as condições da rendição da nação indígena Mura e o processo de conversão à fé católica, ao mesmo tempo em que revela a capacidade de organização indígena na defesa de seus próprios interesses, como o aspecto sagrado de seu território, e apresenta a João Pereira Caldas, Governador e Capitão General, que tinha sido do Pará e então nomeado para o Governo Geral das Capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, encarregado da efetiva execução do tratado preliminar de paz e limites entre as Coroas de Portugal e Espanha, estando na Vila de Ega, no Rio Solimões. Oriundo da tradição portuguesa, Wilkens escreve o poema *A Muhuraida* em oitava rima camoniana. O poema está dividido em 6 cantos e 1072 versos e 134 oitavas, sendo que os cantos II e VI possuem 23 oitavas e os demais 22.

O manuscrito original de tal ato foi encontrado na torre do Tombo em Portugal. No ano de 1993, por iniciativa da Biblioteca Nacional, Universidade Federal do Amazonas – UFAM e o Governo do Estado do Amazonas, publicou-

se uma edição, a qual não se encontra mais disponível em nossos dias, exceto uma única edição disponível num sebo. Nesta obra há um capítulo de introdução crítica à *Muhuraida*, escrito por David H. Treece, da Universidade de Liverpool e outro capítulo intitulado “Henrique João Wilkens e os Mura”, escrito por Carlos de Araújo Moreira Neto, diretor do Museu do Índio do Rio de Janeiro. Além do manuscrito original (*fac-símile*) e a transcrição diplomática do poema por Dirceu Lindoso. Esta obra ainda é desconhecida por uma grande parte do público amazonense, imagina-se que também seja do povo brasileiro.

O poema de Wilkens foi escrito no fim do século XVIII, talvez num momento de transição entre o arcadismo e o romantismo brasileiro. De acordo com Tufano (1983: 31), o período de renovação cultural iniciou-se em 1759 com a expulsão dos jesuítas de Portugal, nesse contexto nasce o arcadismo, no qual os poetas recriam textos com base na natureza. Segundo Tufano (1983: 32) dos poetas do arcadismo brasileiro merecem destaque: Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Onde está Henrique João Wilkens? Não se sabe os motivos pelos quais a literatura brasileira não incluiu o poema épico/heroico *Muhuraida* de Wilkens na tradição literária brasileira.

Especula-se pelo menos quatro hipóteses, são elas: primeiro por razões sociais, visto que o norte do país não era tão rentável quanto o sudeste. Segundo, Wilkens não era brasileiro, mas Cláudio Manoel da Costa também não era brasileiro, tal como Wilkens era português. Terceiro, pelos exageros e os elementos mitológicos contidos no texto do poema, talvez esses dois elementos não preenchesse os anseios da tradição literária posterior ao arcadismo e romantismo. Quarta, e talvez a mais provável das hipóteses a respeito da omissão do poema de Wilkens seja o desconhecimento.

Talvez os críticos literários não conhecessem *Muhuraida*, visto que, em 1819 o padre Cipriano o tenha encontrado. O mais interessante é que até mesmo obras do Estado do Amazonas não apresentam o poema *Muhuraida*. Em *História do Amazonas* (Santos 2010), para a primeira série do ensino médio, obra que é utilizada com os alunos em escolas do Amazonas, não há menção alguma a obra de Wilkens. Dessa forma encontramos uma tradição histórica e literária que repudia esse poema. Se encerrássemos aqui esse trabalho certamente a resposta seria não. O poema épico *Muhuraida* não é importante nem para os estudos históricos, nem literários e muitos menos para os amazônicos.

Segundo Caldas (2007: 6) “*Muhuraida* [...] instaura-se com particular interesse para a formação cultural daquela região, marcada por um movimento constante de contradições e ambiguidades, próprio do texto ficcional de Wilkens”. É interessante observar que além da ficção própria da *Muhuraida*, há também o caráter histórico no poema, esse se dá através de datas, nomes de autoridades da época, cidades do Estado do Amazonas e rios, enquanto que aquele outro se dá principalmente com a presença de nomes mitológicos inseridos por Wilkens na escrita do poema.

Dessa maneira, há o entrecruzamento entre história e ficção, real e imaginário, fato e exagero. Quase ao mesmo tempo em que Wilkens utiliza um dado histórico e/ou bíblico, como uma vila ou uma cidade ou uma metáfora bíblica, ele acrescenta nomes mitológicos ou até então exageros, ao corpo do poema. Destacam-se alguns nomes da mitologia grega presentes no poema de Wilkens como: tártaros (1993: 105), arcáno (1993: 117), zéfiro (1993: 123), etc. Algumas vilas, sendo elas Ega (1993: 89), lugar onde *Muhuraida* foi escrita, Barcelos (1993: 141) e outra vilas. A terminologia bíblica também é evidenciada no poema, uma vez que o autor se utiliza de inúmeros termos bíblicos como: luz, graça, autor divino, providência e trevas (1993: 99); “qual lobo astuto, que o rebanho vendo, passar, de ovelhas, do pastor seguido a desgarrará logo acometendo” (1993: 105). Os nomes históricos citados no prólogo e nas notas de rodapé do poema são: João Perreira Caldas, governador do Estado do Grão – Pará (1993: 89), Mathias Fernades, que era o atual diretor de Santo Antônio do Imaripi (1993: 93), o tenente coronel João Batista Mardel e outros.

Os elementos históricos e ficcionais se misturam no poema épico, isso também pode ser considerado como outra marca camoniana. Assim como Camões apresenta na obra *Os Lusíadas* vários acontecimentos envolvendo os mitos gregos. Entre mitos e fatos, Wilkens escreve o primeiro poema épico/heroico sobre/e no Amazonas.

## Considerações finais

---

Wilkens, este desconhecido, deixou sua marca no solo amazonense, embora poucos tenham ouvido falar em Wilkens é indiscutível que suas contribuições, seu espírito aventureiro e sua coragem retratam um pouco do nacionalismo

português empregado no projeto de ocupação dos limites e fronteiras na Amazônia. Este artigo poderá ser analisado, criticado e até mesmo servir de base para estudos históricos, biográficos e literários amazônicos, dessa maneira, conclui-se que ainda resta muito a ser descoberto sobre Henrique João Wilkens, quem sabe um dia venhamos há descobrir um pouco mais sobre este engenheiro, português, tenente-coronel que tanto se doou ao serviço real nas terras do Amazonas.

## Notas

---

- 1 A Fortaleza de São José de Macapá localiza-se numa ponta de terra à margem esquerda do rio Amazonas, na antiga Província dos Tucujus, atual cidade de Macapá, no estado do Amapá, no Brasil. Testemunha do vasto projeto de defesa da Amazônia desenvolvido pelo marquês de Pombal, as suas dimensões são comparáveis às do Real Forte Príncipe da Beira.
- 2 No século XVIII, Tabatinga era uma vila, no rio Solimões que fazia fronteira com os domínios espanhóis; em 1777, foi construído o Forte São Francisco Xavier de Tabatinga. O forte já não existe mais, ficando apenas o nome Tabatinga, que hoje é uma cidade, estado do Amazonas, com uma população de aproximadamente 53.000 pessoas. Ainda hoje quando o volume de água do rio Solimões baixa é possível visualizar as ruínas do antigo forte.
- 3 Atual cidade de São Paulo de Olivença, no alto rio Solimões-Amazonas. Esta cidade foi desmembrada de Tefé no ano de 1882 (Gruyter 2010: 15).
- 4 Cidade do médio rio Solimões, com uma população de aproximadamente 70.000 pessoas.
- 5 Anexos a este estão dois poemas gratulatórios compostos e recitados por Wilkens em homenagem ao prelado. O ofício e os poemas de Wilkens (1993) são transcritos em apêndice na obra *Muhuraída ou, O Triunfo da Fé*, nota 47.

## Referências

---

- CALDAS, YURGEL PANTOJA. 2007. *A Construção Épica da Amazônia no Poema Muhuraida*, de Henrique João Wilkens. Tese de doutorado em Estudos Literários. Belo Horizonte: FALE – UFMG.
- FERREIRA, ALEXANDRE RODRIGUES. 1983. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Rio de Janeiro: MPEG – Fundação Roberto Marinho.
- GARRIDO, CARLOS MIGUEZ. 1940. *Fortificações do Brasil. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval.
- GRUYTERS, ANTONIO HENRIQUE MARIA. 2010. *Prelazia de Tefé: Cronologia*. Tefé.
- LANDI, ANTONIO JOSÉ. 1963. *Extracto do diário da viagem ao rio Maria em setembro de 1755*. in: Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina (correspondência do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado)*. Rio de Janeiro: IHGB.
- MENDONÇA, MARCOS CARNEIRO DE. 1963. *A Amazônia na era pombalina (correspondência do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado)*. Rio de Janeiro: IHGB.
- MOREIRA NETO, CARLOS DE ARAÚJO. 1989. *Henrique João Wilkens e os índios Mura*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional.
- NIMUENDAJÚ, CURT. 1948. “The Mura and Pirahã”. Em: Julian H. Steward (ed.). *Handbook of South American Indian*, volume 3: *The Tropical Forest Tribes*, pp. 255-269. Washington: Smithsonian Institution.
- REIS, ARTHUR CÉZAR FERREIRA. 1931. *História do Amazonas*. Manaus: s. ed.
- \_\_\_\_\_. 1940. *Lobo d’Almada: um estadista colonial*. Manaus: Imprensa Pública.
- SANTOS, FRANCISCO JORGE DOS. 2010. *História do Amazonas*, 1ª série, ensino médio. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM.
- SOUZA, ANDRÉ FERNANDES. 1848. “Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 10. Rio de Janeiro: 411-504.

TUFANO, DOUGLAS. 1983. *Estudos de Literatura Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Moderna.

VITERBO, SOUSA. 1922. *Diccionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.

WILKENS, HENRIQUE JOÃO. 1993. *Muhuraida ou, O triunfo da fé*. Manaus: Biblioteca Nacional – UFAM – Governo do Estado do Amazonas.

Fecha de recepción: 26/12/2012

Fecha de aceptación: 17/10/2013